

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais individuais e consolidadas.....	4
Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da
Infraestrutura Brasil Holding III S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding III S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	215	461	311.107	227.375
Clientes	4	-	-	166.155	168.996
Estoque	5	-	-	27.410	28.258
Impostos a recuperar	6	17	9	6.273	6.283
Prêmios de seguros a apropriar	18	-	-	14.911	22.575
Despesas antecipadas		83	-	83	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	2.303
Adiantamento a fornecedor		-	-	129	-
Outros recebíveis		-	-	2.774	255
Total do ativo circulante		315	470	528.842	456.045
Não circulante					
Impostos diferidos	17	-	-	83.887	89.405
Despesas antecipadas		-	-	120	82
Investimentos	8	315.288	263.377	1	-
Imobilizado	9	-	-	3.174.750	3.230.394
Intangível	10	-	-	143.556	148.881
Total do ativo não circulante		315.288	263.377	3.402.314	3.468.762
Total do ativo		315.603	263.847	3.931.156	3.924.807

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	11	83	-	125.911	243.161
Empréstimos, financ. e debentures	14	-	-	197.762	143.390
Obrigações trabalhistas	12	-	-	42.121	11.115
Tributos e contribuições a recolher	13	18	4	26.084	13.549
Passivos de arrendamentos		-	-	37	196
Instrumentos de derivativos		-	-	-	56.710
Provisões e contingências		-	-	259	5.072
Total do passivo circulante		101	4	392.512	473.193
Não circulante					
Fornecedores	11	-	-	2.995	-
Empréstimos, financ. e debentures	14	-	-	2.880.994	2.900.372
Arrendamentos		-	-	1.099	-
Dividendos a pagar		40	41	40	41
Passivo fiscal diferido		-	-	24.026	25.075
Total do passivo não circulante		40	41	2.909.154	2.925.488
Patrimônio líquido					
Capital social	16	371.839	370.839	371.839	370.839
Ajuste de avaliação patrimonial		-	2.237	-	2.237
Prejuízos acumulados		(56.377)	(109.274)	(56.377)	(109.274)
Total do Patrimônio Líquido		315.462	263.802	315.462	263.802
Participação dos acionistas não controladores		-	-	314.028	262.324
Total do passivo e patrimônio líquido		315.603	263.847	3.931.156	3.924.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de venda de energia elétrica	19	-	-	1.117.795	977.262
Custo com venda de energia elétrica	20	-	-	(690.025)	(580.663)
Lucro Bruto		-	-	427.770	396.599
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas administrativas e gerais	21	(2.842)	(2.859)	(110.684)	(82.624)
Resultado com equivalência patrimonial		55.693	(2.337)	-	-
Outras receitas e despesas	22	-	(1.581)	128.897	(17)
Lucro (prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro		52.851	(6.777)	445.983	313.958
Receitas financeiras	23	49	13	31.184	13.279
Despesas financeiras	23	(3)	(1)	(313.511)	(339.063)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		52.897	(6.765)	163.656	(11.826)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(51.309)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	(5.519)	2.774
Resultado do Exercício		52.897	(6.765)	106.828	(9.052)
Resultado atribuível a:					
Participação dos acionistas da controladora				52.897	(6.765)
Participações dos acionistas não controladores				53.931	(2.287)
				106.828	(9.052)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	52.897	(6.765)	106.828	(9.052)
Outros resultados abrangentes	(2.237)	7.134	(4.466)	14.240
Total de resultados abrangentes	50.660	369	102.362	5.188
Resultado atribuível a:				
Participação dos acionistas da controladora			50.660	369
Participações dos acionistas não controladores			51.702	4.819
			102.362	5.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido controladora	Participações não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	369.707	(102.509)	(4.897)	262.301	257.506	519.807
Aumento de capital	1.132	-	-	1.132	-	1.132
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	7.134	7.134	7.106	14.240
Prejuízo do exercício	-	(6.765)	-	(6.765)	(2.287)	(9.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	370.839	(109.274)	2.237	263.802	262.325	526.127
Aumento de capital	1.000	-	-	1.000	-	1.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(2.237)	(2.237)	(2.229)	(4.466)
Resultado do exercício	-	52.897	-	52.897	53.931	106.828
Saldo em 31 de dezembro de 2025	371.839	(56.377)	-	315.462	314.028	629.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos tributos s/lucro	52.897	(6.765)	163.656	(11.826)
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Depreciação/amortização	1.545	1.545	134.876	135.697
Resultado de equivalência patrimonial	(55.693)	3.918	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	3.335	76.037
Ajuste de hedge	-	-	-	10.756
Despesas financeiras	-	-	294.954	277.253
Provisões	-	-	27.415	3.223
	(1.251)	(1.302)	624.236	491.140
(Aumento) diminuição dos ativos				
Clientes	-	-	2.841	(32.529)
Estoque	-	-	848	(943)
Impostos a recuperar	(9)	(2)	9	2.425
Adiantamento a fornecedores	-	-	6	(135)
Prêmios de seguros a apropriar	(83)	-	7.581	(17.229)
Instrumentos financeiros	-	-	(4.466)	(1.637)
Despesas antecipadas	-	-	-	-
Outros recebíveis	-	-	(2.692)	114
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	83	(303)	(114.268)	(361.867)
Tributos e contribuições sociais e recolher	14	(69)	12.534	10.368
Imposto renda e Contribuição Social pagos	-	-	(42.657)	-
ICMS Denúncia espontânea pago	-	-	(37.143)	-
Obrigações trabalhistas	-	-	(2.701)	1.300
Passivos de arrendamentos	-	-	(336)	(1.065)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos	-	-	(114.193)	(117.258)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(1.246)	(1.676)	329.599	(27.316)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado	-	-	(45.091)	(86.224)
Adições ao ativo intangível	-	-	(8)	(309)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Aportes de capital em controladas	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-	(45.099)	(86.533)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	1.000	1.132	1.000	1.132
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Captação de empréstimos	-	-	-	-
Captação debêntures	-	-	-	420.000
Custo com transação financeira	-	-	-	(33.113)
Pagamento de empréstimos	-	-	(145.058)	(158.017)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(56.710)	6.708
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamentos	1.000	1.132	(200.768)	236.710
Acréscimo/(decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(246)	(544)	83.732	122.861
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	461	1.005	227.375	104.514
No final do exercício	215	461	311.107	227.375
Acréscimo/(decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(246)	(544)	83.732	122.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em 20 de junho de 2018, foi constituída a Infraestrutura Brasil Holding III S.A. (“IBH III” ou “Companhia”), que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, com sede na cidade de São Paulo/SP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional de suas atividades.

1.1. Marlim Azul Energia S.A. (“Marlim Azul”)

Em 8 de março de 2018, foi constituída Marlim Azul (“Marlim Azul” ou “Controlada”), sociedade por ação de capital fechado, que tem como objeto social o desenvolvimento e a exploração de usina termelétrica de geração de energia, operando em ciclo combinado, uma linha de transmissão, um gasoduto e uma estação de captação de água associados, localizados na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

A Usina Termelétrica Marlim Azul Energia S.A é uma SPE que atualmente possui 3 acionistas:

- Infraestrutura Brasil Holding III S.A (50,1%)
- Shell Gas B.V. (29,9%)
- Mitsubishi Power Americas INC. (20.0%)

A Companhia participou do 26º leilão de energia nova em dezembro de 2017 (ACR) vendendo 420 MWm de sua produção futura de energia no mercado regulado através de contratos de fornecimento de 25 anos. A Companhia também celebrou em dezembro de 2018 contrato de fornecimento de energia no mercado livre (ACL) para 50MWm durante 25 anos.

Em 2 de dezembro de 2023, a UTE Marlim Azul iniciou a sua operação comercial conforme o despacho Aneel nº 4.695/2023 de 1º de dezembro de 2023, e em 6 de dezembro de 2023 iniciou a geração de energia seguindo instruções do ONS.

Em 2023 se iniciou a construção da Linha de 500 kV concluída em 2025.

Em 2024, a usina operou por nove meses não consecutivos sendo que nos meses de junho, setembro e outubro houve despacho fora do período de inflexibilidade (novembro a abril).

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Marlim Azul Energia S.A. (“Marlim Azul”)--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 a Marlim Azul apresentava um capital circulante líquido (CCL) negativo na ordem de R\$17.584, em linha com o plano de negócio. A Administração entende que não há risco de continuidade operacional, pois o fluxo operacional de caixa projetado será suficiente para prover o suporte financeiro necessário para a manutenção de suas atividades, e ainda que não sejam suficientes a Marlim Azul tem autorização para buscar financiamentos junto a instituições do mercado ou ainda acessar seus acionistas para prover eventual suporte financeiro.

Em 17 de dezembro de 2025 foi celebrado o Share Purchase Agreement (“SPA”) entre Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Patria FIP III”), Shell Gas B.V. (“Shell”) e Mitsubishi Power Americas Inc. (“Mitsubishi”), tendo por objeto a alienação da totalidade das suas participações diretas e indiretas na Marlim Azul, controlada direta da Companhia. A transação envolve a alienação das ações detidas pela controladora da Companhia, Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A. (“IBH III-A”) para Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A (“IBH XVII”) e a alienação das participações detidas pelos acionistas Shell e Mitsubishi Power para o Patria Infraestrutura Latam SMA I Fundo de Investimento em Participações (“Patria Infra Latam”).

A Companhia ressalta que esta operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais às transações dessa natureza.

Licenças e autorizações para operação da usina

Ato	Data	Objeto
Portaria MME 250	14/06/2008	Autoriza MAZ a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica, no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro e estabelece o cronograma de implantação entre outras obrigações
Despacho ANEEL 881	22/03/2019	Altera o nome da UTE, localização e características técnicas
REA ANEEL 7.772	16/04/2019	Altera o cronograma de implantação da UTE
Portaria MME 219	07/06/2019	Altera a Garantia Física da Usina
Of.AGENERSA/PRESI SEI Nº116	20/05/2020	Autoriza a construção do gasoduto dedicado
Deliberação AGENERSA 4508	07/11/2022	Prioridade da Naturgy em realizar o O&M do gasoduto
Despacho ANEEL 4365	14/11/2023	Estabelece o prazo de 90 dias para migração da conexão provisória de 345kV para a conexão definitiva em 500kV, após o início da operação da SE LAGOS 500, após manifestação do O.N.S. sobre conveniência hidrológica
Despacho ANEEL 4695	01/12/2023	Autoriza o início da operação comercial da UTE a partir de 02/12/2023

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de administração de 26 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.1. Sumário das políticas contábeis materiais

a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação e preparação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os demais instrumentos financeiros são classificados por meio de outros resultados abrangentes e compreendem investimentos em instrumentos derivativos podendo estar classificados como ativos não-circulante ou passivos não circulantes.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores nacionais, empréstimos a pagar, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamento para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, limitada a geração de benefícios econômicos e expectativa de uso do Ativo de acordo com prazo contratual (25 anos), conforme apresentado a seguir:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 5 anos
- Móveis e utensílios: 10 a 16 anos
- Equipamentos de informática: 5 a 6 anos
- Máquinas e Equipamentos: 24 anos
- Edificação e Obra Civil: 24 anos
- Outros imobilizados: 6 a 7 anos

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são gastos com desenvolvimento de projeto mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, e assim, se mensura mensalmente a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os custos dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Direito de uso do escritório São Paulo (aluguel): 3 anos
- Licenças e Servidões Operacionais: 24 anos
- Softwares: 5 anos
- Outros Intangíveis: 5 anos

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

g) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição federais diferidos, avaliação da posição de hedge, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e provisões para devedores duvidosos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

h) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

i) Demonstração do fluxo de caixa indireto

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada a partir do método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

j) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

j) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos--Continuação

- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.
- Para instrumentos financeiros não derivativos a Companhia analisa a natureza da operação de forma a realizar o reconhecimento da maneira mais adequada. Para operações de energia bilaterais onde o objetivo é antecipação de caixa a companhia realiza o registro como instrumentos financeiros a custo amortizado, onde o *spread* da antecipação é reconhecido como despesa financeira.

k) Custos de empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos e debêntures diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo e às debêntures.

l) Tributos

A Companhia está no regime de apuração pelo lucro real e contabiliza os débitos e créditos tributários pelo regime de competência. A apuração dos impostos ocorre após o fechamento do mês de competência, sendo a única exceção a apuração do imposto de renda que é realizada dentro do mês de competência. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

m) Provisões

A Companhia provisiona as despesas relacionadas a envolve valores financeiros que ainda não foram pagos, mas derivam de fatos geradores contábeis já ocorridos. Bem como, provisiona 100% dos processos jurídicos com causa provável, caso ocorram.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

n) Estoque

Os estoques da Companhia são compostos por materiais de uso e/ou consumo. Eles são demonstrados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. A mensuração dos estoques também inclui qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos.

o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

p) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. O reconhecimento é feito inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensurado pelo custo amortizado deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

2.2. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025

Em 2025, houve várias atualizações e novos pronunciamentos contábeis

- NBC ITP 1/2025 (Apuração de Haveres): Aprovada pelo CFC, esta Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) estabelece procedimentos específicos para a apuração de haveres em diversos tipos de sociedades, sejam elas empresárias, não empresárias, personificadas ou não.
- CPC 02 (R2) é o Pronunciamento Técnico que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis, normatizando como incluir transações em moeda estrangeira (importações, exportações, empréstimos) e como converter as demonstrações contábeis de uma empresa no exterior (controlada, coligada) para a moeda de apresentação no Brasil, usando taxas de câmbio específicas para ativos, passivos, receitas e despesas, visando clareza para investidores.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

- OCPC 10 é uma norma contábil criada pela CVM e CPC, que estabelece regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS, visando trazer transparência ao mercado de descarbonização e alinhar-se às práticas internacionais, impactando como as empresas registram esses ativos e passivos ambientais.
- O CPC 18 (R3) é o pronunciamento técnico sobre Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).
- A ICPC 09 (R3) é uma Interpretação Técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas e Consolidadas, além da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Estas normas contábeis não afetaram as demonstrações financeiras em 2025.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em dezembro de 2025, esta norma alinha a contabilidade brasileira à IFRS 18. Ela introduz uma nova estrutura para a Demonstração do Resultado (DRE), com categorias padronizadas (operacional, investimentos e financiamentos) e regras mais claras para o uso de subtotais e indicadores de desempenho. A vigência está prevista para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
- Reforma Tributária (IBS e CBS): A reforma tributária trará mudanças significativas para a emissão de documentos fiscais e apuração de tributos. Em 2025, as empresas estão se preparando e adaptando sistemas, mas a obrigatoriedade das mudanças nos documentos fiscais (como a Nota Técnica 2025.002 para NF-e/NFC-e, que detalha campos para IBS e CBS) ocorrerá a partir de fevereiro de 2026. A implementação completa do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será gradual, com previsão de demonstração dos novos impostos sem cobrança adicional em 2026.

Essas revisões visam aprimorar as práticas contábeis no Brasil e garantir maior transparência e precisão nas demonstrações financeiras.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	39.252	33.557
Aplicações financeiras (*)	215	461	271.855	193.818
Total	215	461	311.107	227.375

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado ao CDI.

(*) No Consolidado, o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 contém a conta reserva com BNDES no valor de R\$125.724 (Em 2024 R\$133.234).

4. Clientes - Consolidado

O saldo consolidado de contas a receber de clientes da Companhia é composto pelos recebíveis dos contratos de comercialização de energia (i) no ambiente regulado (CCEAR) (ii) no ambiente de comércio livre (ACL) e (iii) pelos contratos negociados no mercado de curto prazo (MCP) com o excedente da energia gerada. Todos os clientes são nacionais.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Comerciais CCEAR	148.336	160.405
Clientes MCP	17.071	8.573
Clientes SEB	748	18
Total Clientes	166.155	168.996

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há inadimplência que requeira provisão para perda de crédito esperada (PCE).

5. Estoques - Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado (consumo)	27.410	28.258
Total	27.410	28.258

O estoque da Companhia é composto basicamente por itens de consumo importados necessários para garantir a operação da UTE.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda retido na Fonte-IRRF (a)	-	-	6.242	2.167
Imposto sobre Operações Financeiras-IOF	-	-	14	430
IRPJ a Recuperar	-	-	-	413
CSLL a Recuperar	-	-	-	149
ICMS a Recuperar	-	-	-	3.101
Outros a Recuperar	17	9	17	23
Total Imposto a Recuperar	17	9	6.273	6.283

(a) O imposto de renda retido na fonte - IRRF será realizado em processos de compensação com outros impostos e tributos federais dentro dos próximos 12 meses a partir da entrega da ECF 2026.

7. Instrumentos Financeiros - Consolidado

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela controlada Marlim Azul (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Instrumentos Financeiros - Consolidado--Continuação

Política contábil--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro passa a não ser mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Contratos futuros de comercialização de energia

Durante o ano de 2024 a Marlim Azul celebrou contratos de compra e venda de energia com comercializadoras de instituições financeiras onde o valor referente às vendas foi adiantado com o objetivo de antecipar o fluxo de caixa adicional gerado pela liquidação do excedente de energia no mercado de curto prazo.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Instrumentos Financeiros - Consolidado--Continuação

Contratos futuros de comercialização de energia--Continuação

Todas as operações de compra e venda eram lastreadas com a energia da contraparte não gerando exposição física ou financeira ao preço de energia do mercado (PLD).

Devido à natureza da operação a Marlim Azul reconheceu o arranjo contratual de forma líquida como um passivo financeiro a custo amortizado.

O spread das operações bilaterais incorrido em 2024 foi de R\$15.633 e está reconhecido na rubrica de encargos de antecipação na nota de resultado financeiro.

Em 04 de fevereiro de 2025 a Marlim Azul liquidou o instrumento financeiro com o Santander no valor de R\$56.710.

A posição em consolidada dezembro de 2025 e 2024 encontra-se no quadro abaixo.

Agente Financeiro	Instrumento financeiro	Passivo	
		31/12/2025	31/12/2024
<u>Custo amortizado</u>			
Santander comercializadora de energia	Contratos de energia	-	56.710
Total		-	56.710

8. Investimentos

a) Composição dos saldos

Descrição	% de participação	Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024
Marlim Azul Energia S.A.	50,10%	315.288	263.377

b) Movimentação dos investimentos

Descrição	31/12/2024	Amortização mais Valia	Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Marlim Azul Energia S.A.	263.377	(1.545)	(2.237)	55.693	315.288

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos--Continuação

Descrição	31/12/2023	Amortização mais Valia	Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Marlim Azul Energia S.A.	261.705	(1.545)	7.134	(3.918)	263.377

9. Imobilizado - Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2025	Taxa média de depreciação
Terrenos	118.678	-	14.053	-	-	132.731	0,00%
Máquinas e equipamentos	2.504.630	13.477	117.786	(2.550)	(111.423)	2.521.920	4,30%
Edificações e Obras Civil	342.670	-	2.879	-	(14.921)	330.628	4,15%
Equipamentos de informática	37.437	-	53	(5)	(2.401)	35.084	16,67%
Benfeitoria em imóveis de terceiros	34	-	-	-	(21)	13	20,00%
Móveis e utensílios	2.378	-	14	-	(203)	2.189	6,25%
Outros	82	-	-	-	(12)	70	20,00%
Total do imobilizado em serviço	3.005.909	13.477	134.785	(2.555)	(128.981)	3.022.635	
Terrenos	14.053	-	(14.053)	-	-	-	0%
Máquinas e equipamentos	13.242	11.285	(16.502)	-	-	8.025	0%
Edificações e Obras Civil	539	-	(214)	-	-	325	0%
Equipamentos de informática	-	53	(53)	-	-	-	0%
Móveis e utensílios	-	14	(14)	-	-	-	
Obras em andamento	50.886	20.083	(67.700)	-	-	3.269	0%
Estoques de Ativos	36.076	31.098	41.258	-	-	108.432	0%
Estoques em ativos de terceiros	72.913	-	(42.469)	-	-	30.444	
Depósitos Judiciais	1.215	-	-	(560)	-	655	0%
Adiantamento Imobilizado	35.183	-	(35.038)	-	-	145	0%
Outros	378	442	-	-	-	820	0%
Total do imobilizado em curso	224.485	62.975	(134.785)	(560)	-	152.115	
Total do imobilizado	3.230.394	76.452	-	(3.115)	(128.981)	3.174.750	

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível - Consolidado

	Consolidado				Saldo em 31/12/2025	Taxa média Amortização
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Amortização		
Direito de uso	176	1.610	-	(409)	1.377	33,00%
Licença de operação/instalação	20.402	-	132	(909)	19.625	4,00%
Servidões operacionais	27.252	-	600	(1.185)	26.667	4,15%
Software	1.504	-	-	(308)	1.196	20,00%
Mais Valia contrato CCEAR	98.822	-	-	(4.131)	94.691	
Outros	1	-	-	(1)	-	20,00%
Total do intangível em serviço	148.157	1.610	732	(6.943)	143.556	
Servidões operacionais	724	8	(732)	-	-	
Total do intangível em curso	724	8	(732)	-	-	
Total do intangível	148.881	1.618	-	(6.943)	143.556	

11. Fornecedores - Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Fornecedores nacionais	116.183	142.451
Fornecedores estrangeiros	9.728	100.710
Total	125.911	243.161
Não Circulante		
Fornecedores nacionais	2.995	-
Total	2.995	-
Total	128.906	243.161

No dia 18 de julho de 2024 a Marlim Azul concluiu as discussões sobre os pagamentos remanescentes ao consórcio de EPC constituído pela Cobra Espanha, Mitsubishi Power e suas subsidiárias resultando no 3º aditivo contratual e instrumento de acordo entre as partes. Em dezembro de 2024 o saldo remanescente do contrato de EPC era de R\$56.958 em fornecedores nacionais e de R\$31.479 em fornecedores estrangeiros que foram totalmente quitados até março de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecedores nacionais refere-se, basicamente, a insumos para produção de energia (Gás) e aquisição de ativo imobilizado. Para fornecedores estrangeiros, o saldo é composto pela aquisição de sobressalentes para operação.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações trabalhistas - Consolidado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e encargos	478	498
Provisões de Férias	1.947	1.866
Provisão de Bônus (*)	39.696	8.751
Total	<u>42.121</u>	<u>11.115</u>

(*) As provisões para bônus compreendem as estimativas de desembolsos relativos à remuneração variável anual e aos planos de incentivo de longo prazo. Tais montantes são mensurados com base no alcance de metas corporativas e individuais, estando em plena conformidade com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2 I.

Ressalta-se que ao longo do exercício de 2025 procedeu-se ao ajuste dessas estimativas contábeis em decorrência da classificação do evento de transferência de ações como altamente provável, conforme detalhado na Nota Explicativa 1, o que proveu a base necessária para a remensuração dos montantes provisionados.

13. Tributos e contribuições a recolher - Consolidado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contribuições sobre P&D	8.136	4.346
PIS a Recolher	951	910
COFINS a Recolher	4.412	4.207
INSS a recolher	1.250	669
IRPJ a Recolher	6.361	-
CSLL a Recolher	2.292	-
ICMS a Recolher (*)	1.804	-
Outros Impostos a Recolher	878	3.417
Total	<u>26.084</u>	<u>13.549</u>

(*) No dia 22 de abril de 2025, a Marlim Azul realizou um depósito judicial no valor de R\$37.143 devido à impossibilidade de emitir uma guia de ICMS sem a cobrança de multas, conforme previsto nas regras de denúncia espontânea do Estado do Rio de Janeiro. O depósito judicial é uma forma de garantir o pagamento do imposto de ICMS no valor de R\$37.143 (ICMS e juros) enquanto a questão da multa é discutida legalmente.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado

A controlada Marlim Azul possui empréstimos junto ao BNDES. Os desembolsos do BNDES são realizados “pari-passu” com as necessidades de capital para os trabalhos de implantação da usina.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado--Continuação

Em 23 de maio de 2024 a Marlim Azul obteve a liberação de recursos no montante de R\$420.000 através da emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, junto ao banco Itaú e BNDES com vencimento em 2039. As debêntures possuem período de carência de pagamento de 24 meses da data de contratação, março de 2024, iniciando sua amortização em março de 2026 e com incidência de juros de IPCA +7,5608%.

As debêntures foram emitidas com o objetivo de sustentar os desembolsos finais do período de construção e finalização da estrutura de 500Kv.

Em 03 de junho de 2024 a companhia liquidou a Nota Comercial com o banco ABC no valor de R\$20.000 mais R\$2.269 de juros com recursos provenientes das debêntures.

Os valores de empréstimos, financiamentos e debêntures, contém custos de transações a serem amortizados em 2025 no valor de R\$75.237 (em 2024, R\$80.023).

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado--Continuação

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Custo de Transação	Pagamentos Empréstimos Principal	Pagamentos Empréstimos Juros	Amortização de transação	Saldo em 31/12/2024
BNDES	2.634.520	-	240.803	-	(138.017)	(114.989)	2.566	2.624.883
Nota Comercial	21.044	-	1.225	-	(20.000)	(2.269)	-	-
Debêntures	-	420.000	30.512	(33.113)	-	-	1.480	418.879
Total	2.655.564	420.000	272.540	(33.113)	(158.017)	(117.258)	4.046	3.043.762

	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Custo de Transação	Pagamentos Empréstimos Principal	Pagamentos Empréstimos Juros	Amortização de transação	Saldo em 31/12/2025
BNDES	2.624.883	-	234.239	-	(145.058)	(114.193)	2.566	2.602.437
Debêntures	418.879	-	55.220	-	-	-	2.220	476.319
Total	3.043.762	-	289.459	-	(145.058)	(114.193)	4.786	3.078.756

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	Covenant Financeiro	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2025		
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
BNDES sub crédito A	IPCA + 3,86%	15/11/2043	ICSD ≥ 1,3	1	60.960	1.041.394	63.825	1.027.335
BNDES sub crédito B	IPCA + 4,66%	15/11/2043	ICSD ≥ 1,3	1	84.650	1.437.879	88.647	1.422.630
Debêntures	IPCA + 7,5608%	15/03/2039	ICSD ≥ 1,2	2	(2.220)	421.099	45.290	431.029
Circulante					143.390	-	197.762	-
Não circulante					-	2.900.372	-	2.880.994

(1) O financiamento não possui covenant de vencimento antecipado, sendo o ICSD aplicável apenas para distribuição de dividendos ou redução de capital.

(2) As debêntures possuem covenant para vencimento antecipado (ICSD ≥ 1,2) e para distribuição de dividendos e redução de capital (ICSD ≥ 1,3).

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado--Continuação

Cronograma de Pagamentos			
Ano	BNDES	Debêntures	Total
2027	147.816	16.810	164.626
2028	147.816	26.293	174.109
2029	147.816	21.551	169.367
Após 2029	2.006.519	366.375	2.372.893
TOTAL	2.449.967	431.029	2.880.994

Covenants financeiros

A controlada Marlim Azul está sujeita a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ICSD) O não cumprimento desses *covenants* limita a distribuição de dividendos, e no caso das debêntures, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas (ICSD < 1,2).

O cumprimento dos *covenants* financeiros é verificado anualmente pelos respectivos agentes credores, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Marlim Azul. A Administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025 estão em cumprimento com relação aos *covenants* financeiros e não financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado e distribuição de dividendos.

Contas Garantidas

A Marlim Azul possui contas garantidas para atender a CCEE e para o BNDES e debêntures. A conta do Bradesco atende a CCEE e as contas do Citibank atendem ao BNDES e às debêntures. Uma parcela dos depósitos a curto prazo do grupo cauciona as contas correntes garantidas.

15. Provisões e Contingências - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025, a composição do saldo consolidado de provisões contábeis é:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas pessoal	-	4.371
Processo Trabalhista	82	111
Processo Cível	177	590
Total	259	5.072

A Marlim Azul é parte em ações judiciais, com prognóstico de perda possível avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos, no montante de R\$1.187 e (R\$861 em 31 de dezembro de 2024).

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é R\$371.839 (R\$370.839 em 31 de dezembro de 2024). Em 06 de maio de 2025, através de Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$1.000, mediante emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinado à aplicação em investimento previsto no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2024 a companhia possuía hedge de fluxo de caixa para proteger-se contra os riscos de câmbios, esses instrumentos financeiros foram registrados a valor justo e atualizados mensalmente pela companhia. Em 2025 foram liquidados em sua totalidade.

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Consolidado

O ativo fiscal diferido foi reconhecido com relação aos prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

Conforme estimativa da Companhia, que está alinhada com o seu plano estratégico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido em 6 anos.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Consolidado--Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias	16.428	7.595
Prejuízo Fiscal	67.459	81.810
Total	83.887	89.405

Realização do IR e CS diferidos em anos

2026	11.457
2027	14.818
2028	18.998
2029	21.817
2030	369
Total	67.459

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	163.656	(11.826)
Alíquota nominal	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(55.643)	4.021
Diferenças permanentes líquidas	4.334	(4.021)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(51.309)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.519)	2.774
Imposto de renda e contribuição social	(56.828)	2.774
Alíquota fiscal efetiva	(34,7%)	(23,5%)
Imposto de renda e contribuição social	(56.828)	2.774

18. Seguros - Consolidado

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia, obras de construção civil, responsabilidade civil e riscos operacionais.

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia mantém em seu ativo circulante prêmios de seguros a apropriar conforme quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros a apropriar	14.911	22.575
Total circulante	14.911	22.575

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguros - Consolidado--Continuação

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresenta as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Vigências					
Ramo	Seguradora	De	Até	Limite máximo de responsabilidade	Valor total segurado
Seguro Predial Empresa	AVLA SEGUROS BRASIL S.A.	03/01/2025	03/01/2026	100% do valor segurado	5.500
Responsabilidade Civil Geral	Chubb Seguros Brasil S.A.	01/12/2025	01/12/2026	100% do valor segurado	100.000
Riscos Operacionais	Tokyo Marine Seguradora S/A	01/12/2025	01/12/2026	2.140.000	3.589.000
Responsabilidade Civil - D&O	Sompo Seguros S/A	11/06/2025	11/06/2026	100% do valor segurado	50.000
Responsabilidade Civil - Adm e Diretores D&O	FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS SA	11/06/2025	11/06/2026	100% do valor segurado	80.000

Não é objeto do trabalho dos auditores independentes a avaliação da suficiência das coberturas de seguros.

19. Receita Líquida - Consolidado

O reconhecimento de receita gerada pela controlada Marlim Azul Energia advém dos 25 (vinte e cinco) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), 2 (dois) contratos no ambiente de comércio livre (ACL) e pelos contratos negociados no mercado de curto prazo (MCP) com o excedente da energia gerada.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Comerciais CCEAR	1.212.275	1.062.692
Receita MCP	88.976	23.610
Receita ACL	8.402	12.874
Total da Receita Bruta	1.309.653	1.099.176
PIS	(22.315)	(19.829)
COFINS	(102.787)	(91.332)
ICMS	(54.628)	-
Contribuições sobre P&D	(12.128)	(10.753)
Total das Deduções	(191.858)	(121.914)
Receita Líquida	1.117.795	977.262

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo com venda de energia - Consolidado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Encargos setoriais	(79.236)	(67.702)
Insumos para produção de energia	(410.204)	(315.434)
Seguros	(21.766)	(35.786)
Operação e manutenção	(42.974)	(29.553)
Depreciação e amortização	(131.382)	(129.471)
Outros	(4.463)	(2.717)
Total	(690.025)	(580.663)

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Geral e administrativa	-	-	(12.525)	(8.012)
Pessoais	-	-	(56.879)	(25.962)
Serviços profissionais	(1.297)	(1.303)	(35.845)	(35.161)
Impostos e taxas	-	-	(86)	(268)
Depreciação e amortização	(1.545)	(1.545)	(3.494)	(6.227)
Despesas de viagens	-	-	(1.527)	(1.991)
Outras despesas	-	(11)	(328)	(5.003)
Total	(2.842)	(2.859)	(110.684)	(82.624)

22. Outras Receitas (Despesas) Operacionais - Consolidado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (*)	142.000	-
PIS	(2.343)	-
COFINS	(10.792)	-
Outros Recebimentos e Pagamentos	32	(17)
Total de Outras Receitas Operacionais	128.897	(17)

(*) A Companhia recebeu em 31 de janeiro de 2025 da Shell Brasil Petróleo Ltda. o valor de R\$142.000 em razão dos ajustes e quitação mútua de pleitos previstos no settlement agreement assinado em 28 de junho de 2024.

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro - Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Varição cambial negativa	(76)	(2.280)
Comissão de Fiança	(13.616)	(39.205)
Juros BNDES (*)	(234.254)	(240.803)
Juros sobre arrendamentos	(213)	(30)
Juros debêntures (*)	(55.220)	(30.512)
Juros Nota Comercial ABC	-	(1.225)
Encargos de antecipação	-	(15.633)
Juros P&D	(481)	(140)
Custo Transação	(4.786)	(4.046)
Outras despesas financeiras	(4.865)	(5.189)
Total	(313.511)	(339.063)
(*) Juros e Custos de amortização		
Receitas financeiras		
Receitas financeiras	30.192	10.895
Outras receitas financeiras	710	2.336
Varição cambial ativa	282	47
Total	31.184	13.279

(*) A Companhia recebeu em 31 de janeiro de 2025 da Shell Brasil Petróleo Ltda. o valor de R\$142.000 em razão dos ajustes e quitação mútua de pleitos previstos no settlement agreement assinado em 28 de junho de 2024.

24. Partes relacionadas

Em 2025, a Companhia, através da Marlim Azul mantém contratos firmados com a Mitsubishi Power Américas Inc., para fornecimento de serviços e peças, e com a Shell Energy Brasil e Shell Energy do Brasil Gás Ltda., para a comercialização e fornecimento de gás natural.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de Comercialização		
Receitas SEB - Shell Energy Brasil	5.289	1.967
Total	5.289	1.967
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber de Partes Relacionadas		
SEB - Shell Energy Brasil	748	18
Total	748	18

Infraestrutura Brasil Holding III S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Compromissos de longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2025 os principais compromissos de longo prazo da controlada Marlim Azul se referem aos contratos de O&M, LTWA e Gás firmados com a EDF Norte Fluminense, Mitsubishi Power Américas INC e Shell Energy do Brasil Gás Ltda., sendo os dois últimos mencionados na nota 24 (partes relacionadas).

	2026	2027	2028-2030	2031 em diante	Total
O&M - EDF Norte Fluminense	39.976	41.712	182.861	152.984	417.533
LTWA - Mitsubishi Power Américas	14.293	14.930	61.108	347.793	438.124
Shell Energy do Brasil Gás Ltda	472.635	478.268	1.914.428	8.426.016	11.291.347
Total	526.904	534.910	2.158.397	8.926.793	12.147.004

26. Eventos subsequentes - Consolidado

Em 21 de janeiro de 2026, o CADE publicou no Diário Oficial da União a aprovação sem restrições da alienação da totalidade da participação detida pelo Patria FIP III na IBH III-A, controladora indireta da Marlim Azul para IBH XVIII bem como da totalidade das participações de Shell e Mitsubishi na Marlim Azul para o Patria Infra Latam. A efetivação da operação ainda está sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais em transações desta natureza.

Em 10 de fevereiro de 2026, foi deliberado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$1.100, representado por 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando dos atuais R\$371.939 para R\$372.939, representados por 372.939.372 (trezentos e setenta e dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.